



ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO  
 CNPJ: 01.612.771/0001-00  
 SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA  
 CNPJ: 12.770.140/0001-28

CONTRATO N°: 83/2017

TERMO DE CONTRATOPOR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICOQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO E EVA CUNHA DA SILVA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de SERTÃOZINHO - Rua Dirson Andrade, n° 103- Bairro:CENTRO- Cidade:SERTÃOZINHO - Estado: PB, CNPJ n° 01.612.771/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito(a) JOSE DE SOUSA MACHADO, Nacionalidade:BRASILEIRO, Estado Civil:DIVORCIADO, residente e domiciliado(a) na(o)RUA JOAO DE FREITAS MOUZINHO, n° S/N - Bairro:CENTRO, cidade: SERTÃOZINHO - Estado: PB, CPF n° 364.156.184-15, Carteira de Identidade n° 8.79780 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a Pessoa Física:EVA CUNHA DA SILVA - CPFn° 928.094.804-00, neste ato representado por EVA CUNHA DA SILVA residente e domiciliado na(o)TRAVESSA SÃO FRANCISCO, n° 28- Bairro: CENTRO- Cidade: SERTÃOZINHO- Estado:PB, CPF n° 928.094.804-00, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:**

Este contrato do regime jurídico atribuído aos servidores contratados por tempo determinado, com fulcro no Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, da Constituição Federal de 1988. Amparada também pela Lei n° 8.112, de 11de Dezembro de 1990, determinada pelo Art. 13 da Lei n° 9.527, de 10 de Dezembro de 1997, art. 3° em seu parágrafo único e nos Artigos 2° e 3° CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, Decreto-lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943- (a referida contratação atende os requisitos de: não eventualidade, subordinação, onerosidade, pessoalidade e alteridade previstas na CLT).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:**

O presente contrato tem por objetivo:REALIZAÇÃO DE OFICINA DE ARTESANATO DESTINADOS AS FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO PELA EQUIPE DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF.

Os serviços deverão ser(em)prestadosde acordo com as condições expressas neste instrumento e as instruções do Contratante, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA-LOTAÇÃO - SECRETARIA:**

O(A) CONTRATADO(A) atuará junto a FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ n° 12.770.140/0001-28, tendo a frente da sua administração o(a) Sr°(ª) EMÍLIA GABRIELA ALVES DE OLIVEIRA, inscrito(a) sob o CPF n° 702.518.314-85, nomeado(a) por Portaria emitida pelo Poder Executivo da Entidade Superior em

conformidade com a Legislação vigente, atribuindo ao referido Secretário(a) as responsabilidades inerentes ao seu cargo.

**CLÁUSULA QUARTA-CARGA HORÁRIA:**

Seguindo os preceitos do Art. 7º, Incisos XIII e XIV da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, prestará seus serviços: REALIZANDO OFICINA DE ARTESANATO, COM UMA CARGA HORÁRIA DE 08 HORA DIÁRIAS, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DOS VENCIMENTOS:**

O valor dos vencimentos/honorários deste contrato, fundamenta-se no Capítulo II, Art. 7º, Incisos IV, V, VII, XV da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, e a CLT - Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 art. 5º, a base de remuneração proposta é de R\$ 937,00 (NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS), acrescido a Gratificação de sem gratificação, no valor de R\$ 0,00 (...), totalizando o Valor Bruto de R\$ 937,00 (NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS), onde será deduzido os impostos inerentes aos serviços prestados, conforme preceitua a Lei 01/2000 e Lei 4.320/64.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos: 3.1.90.04.01 - 04.00 - 08.243.2006.2049, 08.244.2007.2010, 08.244.2007.2011, 08.244.2007.2012, 08.244.2007.2046, 08.2044.2007.2050

**CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: MENSAL, para ocorrer no 30 dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS:**

Início: Imediato a contar da assinatura deste Instrumento de Contratação Por Excepcional Interesse Público.

Duração: 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogável por igual período à critério da Administração Pública.

Encerramento: 07/11/2017.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo a prestação dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel prestação dos serviços contratados;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

**CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas Leis vigentes e pertinentes no que concerne ao objeto deste contrato, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:**

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas: a - advertência; b - Rescisão do Contrato; c - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei vigente do Regime CLT.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de PIRPIRITUBA-PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

SERTAOZINHO - PB, 07 de AGOSTO de 2017 .

TESTEMUNHAS

Juliete B. dos Santos.  
CPF:

Marli Aparecida Franck  
CPF: 603.228.024-15

PELO CONTRATANTE

JOSE DE SOUSA MACHADO  
Prefeito (a) Constitucional  
CPF nº 364.156.184-15

PELO CONTRATADO

Eva Cunha da Silva  
EVA CUNHA DA SILVA  
CPF nº 928.094.804-00